

Seplan indica solução para o governo reduzir déficit

BRASÍLIA — O governo federal poderá absorver as perdas de receita decorrentes da nova partilha de recursos determinada pela Constituinte e ainda reduzir o seu déficit em 1989. Para isso bastará cortar programas desnecessários e transferir encargos a estados e municípios — que terão suas receitas aumentadas com a nova Constituição.

Essa é a conclusão de um grupo de trabalho da Seplan, que identificou a possibilidade de corte de 25% do Orçamento Geral da União, a partir da transferência de recursos tributários a estados e municípios, em 1989.

Segundo Everardo Maciel, coordenador do que está sendo chamado na Seplan de *Operação Desmonte*, o corte de 25% — hipótese que ele considera *heróica* — possibilitaria reduzir as necessidades de financiamento da União, via emissão de títulos públicos, apenas à rolagem da dívida já constituída.

Considerando-se apenas os programas “mais suscetíveis de cortes” — ou seja, os de menor custo político —, a União poderá absorver a perda de receita e o aumento das vinculações de despesas e ainda reduzir em 21% as necessidades de financiamento à conta dos títulos públicos federais.

Menu de cortes — Depois de reunir os coordenadores dos 20 grupos de trabalho empenhados na *Operação Desmonte*, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse, ontem, que o resultado dos estudos demonstra que será possível “reduzir o déficit público a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1989”. Também será possível, segundo Abreu, melhorar a administração dos recursos federais:

— A análise de 2 mil projetos revelou que o Orçamento da União deixou de revelar as prioridades do governo. Hoje o Orçamen-

to apenas acresce recursos aos diversos programas — disse Abreu.

Com a *Operação Desmonte* a Seplan pretende oferecer ao governo um *menu de cortes*, nos termos de Abreu. É claro que esse *menu* deverá passar ainda pelo crivo do paladar político. O trabalho servirá ainda como “referencial” à montagem dos orçamentos federais em 1989.

Equação — A *Operação Desmonte* pretende resolver uma complicada equação em que as principais incógnitas são, por um lado, a perda de 17% das receitas correntes da União em 1989 e o aumento da vinculação de despesas determinadas pela Constituinte. Do outro lado da equação está o aumento de receitas, que deve resultar principalmente de cortes orçamentários e transferências de encargos.

Essa equação determina os critérios de cortes. São candidatos a corte os programas e projetos associados às transferências voluntárias de recursos da União para estados e município. Também aqueles que, em linguagem técnica, estão sendo chamados de “transferências virtuais” — ou seja, que não aparecem como tais no orçamento, mas que resultam em transferências na prática, por exemplo, programas administrados por autarquias como a Sudene e a Sudam.

Também são passíveis de cortes as contrapartidas federais de empréstimos externos contratados por estados e município e as despesas associadas a impostos que passarão à órbita estadual e municipal. Do trabalho da *Operação Desmonte* também deve resultar a instituição de critérios de contabilização mais transparentes para o Orçamento da União.

Foram criados 20 grupos de trabalho para examinar com detalhe as implicações técnicas e legais das propostas surgidas da *Operação Desmonte*. Esse grupo têm prazo até sexta-feira para apresentar os seus relatórios.